

AGRONEGÓCIO, GENOCÍDIO INDÍGENA NA FRONTEIRA ENTRE O PARAGUAI E O MATO GROSSO DO SUL

AGRONEGOCIOS, GENOCIDIO INDÍGENA EN LA FRONTERA ENTRE PARAGUAY Y MATO GROSSO DO SUL

Daniela Corrêa Nachif

Resumo

Este artigo se propõem a reconstruir criticamente a formação das bases econômicas, sociais e territoriais do estado de Mato Grosso do Sul, a partir de uma perspectiva descolonial, analisando a ação da atividade agropecuária, desde a divisão do estado, no período que compreendeu a Ditadura Militar, e sua relação com o genocídio das etnias indígenas locais: Ofayé Xavante, Kadwéu, Guató, Terena e Guarani, Kaiowá. Apagando histórias, se apropriando da cultura dos povos originários, como tentativa de forjar uma identidade para o estado.

Palavras-Chave: agronegócio; descolonial; ditadura militar; genocídio indígena; histórias locais.

Resumen

Este artículo propone reconstruir críticamente la formación de las bases económicas, sociales y territoriales del estado de Mato Grosso do Sul, desde una perspectiva descolonial, analizando la acción de la actividad agrícola, desde la división del estado, en el período que comprendió la Dictadura Militar, y su relación con el genocidio de etnias indígenas locales: Ofayé Xavante, Kadwéu, Guató, Terena y Guarani, Kaiowá. Borrando historias, apropiándose de la cultura de los pueblos originarios, en un intento de forjar una identidad para el estado.

Palabras claves: agroindustria; decolonial; dictadura militar; genocidio indígena; historias locales.

1. Introdução

O apagamento das histórias locais, camufla o liberalismo exacerbado do agronegócio a demandar do estado mais recursos, menos impostos e a proteção de suas terras pelas forças de coação, exército e polícia. A afirmação de uma narrativa única acerca da formação do estado do Mato Grosso do Sul, coloca os povos indígenas como inimigos que impedem o avanço e o progresso da região, baseado exclusivamente na extração de tudo que é chão, e alicerça o modo de vida dos indígenas, que atuam na preservação da terra e dos rios do estado.

O panorama nacional da expansão agropecuária servirá de base para tecer a fazenda que encobre a face predatória do agronegócio, não só pela ação violenta no campo, como por meio da atuação de deputados e senadores eleitos para defender a produtividade e a competitividade do setor. Todavia, o espaço ocupado pelo território sul mato-grossense e a zona fronteira com o Paraguai permanecerão recorte, ocupando lugar central na pesquisa.

A demanda por terra no estado de Mato Grosso do Sul, já avança para além da fronteira com o Paraguai. Segundo dados da pesquisa que o Observatório de Olho no Paraguai, parte de um projeto de investigação do agronegócio no país, e agora inaugura um observatório na movimentação do segmento no país vizinho. A investigação revela que o avanço dos latifundiários brasileiros em terras paraguaias. Nos departamentos localizados na fronteira, (os

equivalentes aos nossos estados), a porcentagem de propriedades rurais nas mãos de brasileiros chega a 60%. Em todo o Paraguai essa porcentagem atinge 14,2% do total.

Empresários brasileiros são donos de 14% das terras rumo à planície do *Chaco*, a região menos habitada do Paraguai que não costuma aparecer nas histórias de fazendeiros brasileiros, mas eles estão lá, principalmente na fronteira com o Mato Grosso do Sul. Por ali se multiplicam casos de desmatamento e conflitos com povos indígenas, em ambos os lados da fronteira. Esses grandes proprietários de terra, tem negócios nos dois países, com casos de expulsão de camponeses e desmatamento, do lado paraguaio; e casos de fazendeiros com propriedades em regiões de conflitos, do lado brasileiro. Dos 3.634.565 hectares vinculados aos cem maiores proprietários do Paraguai, 12,57% pertencem a 16 brasileiros, que possuem 456.906 hectares.

Neste momento um novo golpe se impõe por sobre direitos conquistados em décadas de luta dos trabalhadores rurais e das etnias indígenas em torno da homologação de suas terras, e do reconhecimento dos direitos assegurados na carta de 1989. A partir do governo do Presidente Michel Temer, nenhuma terra indígena foi homologada e nenhum território tradicional. E hoje, no governo do Presidente Jair Bolsonaro, o genocídio encontra novo fôlego, a medida em que não só se decide pela não homologação de terra alguma, vêm estimulando garimpo e depredação de terras indígenas.

No âmbito do golpe parlamentar de 2016, a retomada da discussão acerca do Marco Temporal na homologação das terras indígenas, foram um indício da atuação da Bancada Ruralista no congresso. Sua influência é tal que ultrapassa a atividade econômica, influenciando na política e tendo participação na divisão do estado de Mato Grosso formando um novo estado, o Mato Grosso do Sul. Atualmente essa mesma bancada, mais robusta e influente, ocupa não só o Ministério da Agricultura, colocando a raposa pra cuidar do galinheiro, mas também no Ministério do Meio Ambiente, a destruir tudo que é natureza.

Apesar de seu discurso liberal o agronegócio nunca deixou de depender da regulação do Estado. Procurando manter o apoio estatal e o financiamento da atividade, o setor aumenta a pressão sobre o governo reforçando as consequências de uma retração do setor para a economia, na medida em que os processos de industrialização se ampliam. O complexo produtivo agroindustrial depende da renda do campo, para tanto, atua regulando o próprio setor. Quando há ganhos implementa novas tecnologias, quando há perdas corta despesas e postos de trabalho. Desta forma minimiza as perdas e mantém seu ganho.

Essa política latifundiária que foi implementada pela Ditadura Militar, continua em vigência, capitalizando o setor e impedindo que outras dinâmicas sejam implantadas, dependente do financiamento estatal e incapaz de incluir um sem número de agricultores que foram deixados de fora desse projeto de modernização. Em se tratando da geração e do fluxo de produtos agrícolas, as transformações econômicas do setor, um sistema considerado o “maior negócio do país” – se apresentava no curto prazo como única saída para a inclusão do Brasil na economia mundial. Como gostam de bradar os fazendeiros, ou como queiram, os empresários rurais, são quem sustenta a nação, então, estes se mantêm de pé com as rédeas da política e da economia do país nas mãos.

No bojo deste processo, novamente são chamadas à cena as tensões estruturais antioligárquicas e anticoloniais que explodiram tantas vezes em guerras emancipatórias envolvendo o sistema escravocrata, os indígenas e camponeses. Agora porém, que a conquista do poder político pela esquerda que se propunha a reestruturar toda a ordem social, e erradicar as condições econômicas representadas pelos interesses, oligárquicos e imperialistas, do velho patriarcado civil e militar, não se realizaram, ainda é preciso por fim aos fatores causais que impedem o presente e o futuro do povo brasileiro.

2. Conclusão

Com o território já quase todo destruído e desmatado. O que fazia do Brasil um país rico, foi utilizado como barganha: a natureza e seus habitantes, florestas, cerrado e indígenas. Nossa fortuna se tornou nossa miséria. Uma vez que não foram alcançados os requisitos prévios que tornariam possível superar o enquadramento de dependência imposta pela atualização histórica, que pensamos estar mais próxima da superação nos anos Lula e Dilma.

Nos últimos anos, houve uma reorganização dos atores, impossibilitando o desenvolvimento autônomo não só do Brasil mas em toda a América Latina. Integradas no mesmo contexto interativo, as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas da América são componentes de uma mesma estrutura, contrapontos de uma mesma polaridade. Guardando suas características de estruturas assimétricas e complementares de um mesmo sistema.

Compelida durante a escrita da dissertação a rever criticamente minhas experiências frente à evidência de um desastre político do qual éramos expectadores, na medida em que me encontrava novamente em proximidade com a fronteira. Convivendo de perto com o objeto que pesquisava no mestrado. O silenciamento ao qual eram submetidos os povos indígenas, enquanto crescia a violência no campo, me fazia constantemente reavaliar meu papel como cientista social, e minha responsabilidade enquanto estudiosa do período em país viveu sob um estado de exceção.

Nos encontramos novamente sob a égide de mais uma ruptura do processo democrático. Que apesar de manter a institucionalidade, essas já não possuem mais lastro, visto que, retirou o povo e os movimentos sociais do jogo político. Com um Congresso Nacional dos mais conservadores dos últimos anos, representando o que existe de mais tacanho, que inclusive se orgulha do passado militar e quiçá colonial do país.

O panorama político e civil serviram para aumentar minhas convicções e ambições como pesquisadora, assim como outros tantos estudiosos da realidade brasileira, que são as de refazer os próprios esquemas conceituais com que realizamos nossas pesquisas e, a encarar como tarefa fundamental o estudo do momento atual, os dilemas do presente, e suas relações com o passado, e das possibilidades do futuro. Quando estamos sob uma nova ruptura, a nação é levada a pensar-se de novo, algumas vezes começando do zero, outras querendo continuar recorrente. “A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro. Diz respeito a como se cria e recria a nação, em cada época, conjuntura ou ocasião.” (Otávio Ianni, 1992).

Para empreender minha pesquisa, tomo a região de fronteira como uma perspectiva outra (Mignolo, 2003), em oposição ao locus central do país onde foi construído o pensamento social e político que me serve hoje de base teórica para este projeto.

A pesquisa bibliográfica dos textos citados e referidos no projeto, assim como dados secundários: pesquisas realizadas pelos observatórios De Olho nos ruralistas, De Olho no Paraguai, com dados recentes sobre a apropriação de terras e a violência no campo levantados pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Assim como dados de instituições ligadas ao tema do agronegócio, questões indígenas e fundiárias e outras fontes oficiais, tais como IBGE, FUNAI, FUNASA e etc. Bem como, estudos sociológicos e históricos dos períodos que compreendem meu recorte teórico, deverão ser acrescentados os artigos e teses que abordem a ruptura democrática no pós-golpe de 2016.

Colocando no centro do debate onde os fatores responsáveis pela perpetuação da violência no campo e o avanço do agronegócio sob a proteção e o financiamento do Estado.

Que representam duas forças históricas, uma que pretende reter o passado e outra que precisa construir o futuro.

Por meio desse percurso literário, que não só eu percorri mas todos os colegas de áreas a fins percorreram, tomo a fronteira não como o lugar onde termina o país, mas como centro e início, onde começa o Brasil.

Referências

ABRUCIO, Luiz Fernando. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *A detificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, Editora Autores Associados, 2004.

SILVA, Felipe Maia. *Questão agrária e modernização no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. [S.l.: s.n.], 1973.

FERNANDES, Florestan, *Mudanças sociais no Brasil, aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, São Paulo: difusão europeia do livro, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

MIGNOLO, Walter. *História locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizontes: Ed. da UFMG, 2003.

VIANA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: *Dados – Revista de ciências sociais*. V. 39. N. 3. 1996. São Paulo.

SALLUM, Brasília. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. In: *Revista brasileira de ciências sociais*. V. 18. N. 52. 2003.